

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 212 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2012

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às 15h 15min, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na sede da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, na Av. Ipiranga, 544 – Centro, local onde também estão o NACC – Núcleo de Apoio aos Conselhos e Comissões e o próprio CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, com a seguinte pauta: 1 – Plano de Ação 2012 – MDS; 2 - Demonstrativo de Execução Física e Financeira do FMAS – 2011. Estiveram presentes os conselheiros representantes da SETRAC, Secretaria de Fazenda, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Habitação (titular e suplente), pelo poder público; representantes do Ambulatório Escola da Faculdade de Medicina de Petrópolis, FAMPE – Federação das Associações de Moradores de Petrópolis, Grupo Assistencial SOS Vida, Mitra Diocesana, Associação Oficina de Jesus e CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos, pela sociedade civil. Assim, com um *quorum* de 10 (dez) conselheiros e um total de 15 pessoas, a reunião foi conduzida pela presidente, Regina Bosio, que registrou a presença da Promotora de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Petrópolis, Dr.^a Vanessa Quadros Soares Katz, que compareceu à SETRAC, conforme acordado na reunião realizada com a Mesa Diretora do CMAS, no dia 27 de agosto, no Ministério Público, dando prosseguimento ao inquérito administrativo 1730 P CID, instaurado devido ao Ofício CMAS nº 049, de 09 de julho de 2012, encaminhado àquele órgão por deliberação do Conselho na reunião ordinária de 04 de julho de 2012. A presidente do CMAS, Regina, franqueou-lhe a palavra e esta falou de seu plano de estar acompanhando as ações do Conselho de Assistência, assim como tem feito com o Conselho de Saúde, dizendo ser o papel do Ministério Público semelhante ao dos Conselhos de Políticas Públicas. Disse que já agendou novo encontro com o CMAS para o dia 10 de outubro, às 13h 30min, ao qual todos os conselheiros poderão comparecer, e não só a Mesa Diretora. O primeiro item de pauta foi abordado, apenas para o parecer final de aprovação, uma vez que já fora discutido anteriormente, vindo de novo ao plenário em função do prazo final de 31 de agosto para a transmissão *online* pelo CMAS. Quanto ao Demonstrativo de Execução Física e Financeira, este foi analisado com a participação de Seciliane Tavares, assistente social que se apresentou ao plenário por sugestão de Eliane, primeira secretária do CMAS. Disse que vem assessorando ou dando suporte aos diretores da ETRAC, desde maio, por solicitação do Secretário. Os conselheiros, como já manifestaram anteriormente, referiram-se à necessidade de capacitação para análise de demonstrativos físico-financeiros, considerando não terem conhecimento suficiente e capaz de avaliar a aplicação dos recursos repassados ao município pelo FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social. Mais uma vez, os conselheiros consideram que os documentos apresentados não são de fácil compreensão, demandando assessoria. Eliane mencionou, por exemplo, questionando, inclusive, o montante de recursos não utilizados em 2010, que tinham indicação de devolução em 2011, mas que foram utilizados por ocasião das chuvas de janeiro daquele ano (2011), conforme indicação do MDS e aprovação do Conselho através da Resolução CMAS nº 02/2011. Perguntou ela se o saldo dos recursos não utilizados em anos anteriores passou

para o ano de 2011, pois não conseguia identificá-lo no Demonstrativo. Estando presente o servidor do DEGAF, Fábio, a pedido do secretário, Carlos Jorge, este procurou dar explicações. Com a manifestação dos conselheiros sobre a necessidade de assessoria, a Promotora, Dr^a Vanessa, acompanhando com interesse os assuntos em pauta, pediu a palavra e disse que a assistência é meta estratégica do Ministério Público e falou sobre a possibilidade desse órgão realizar uma capacitação para os conselheiros, o que já foi feito com outros Conselhos e outros municípios. Regina Bosio justificou a não realização de capacitação este ano. Dr^a Vanessa perguntou sobre a reunião ordinária de outubro, uma vez que estará em férias no mês de setembro, solicitando aos conselheiros verificarem datas disponíveis. Foi sugerido que o Ministério Público encaminhasse ao Conselho proposta de dia/dias e horário/s, pois, certamente, os conselheiros procurarão adequar-se para participar. A análise do Demonstrativo prosseguiu, contando com a participação da Promotora que questionou também sobre os convênios celebrados sem anuência do CMAS, conforme relatado no Ofício enviado ao Ministério Público. Ela recebeu do Secretário explicações a respeito dos recursos municipais e federais e suas aplicações e Regina falou das dificuldades encontradas na relação com o gestor, tecendo comentários com avaliação positiva ao atual secretário que, em pouco tempo, conseguiu um espaço melhor e até telefone para a Secretaria Executiva do CMAS. Rosane Cross, do CDDH, comenta sobre o fato de se depender das pessoas para obtenção de recursos e condições que estão previstos em lei, algo que deve ser considerado sempre para a execução dos trabalhos do Conselho. Dando continuidade à análise, passou-se, ao preenchimento das questões que precedem e que fundamentam o parecer favorável ou não ao Demonstrativo apresentado ao CMAS. Certos itens não têm como receber respostas que correspondam perfeitamente à realidade, por serem muito fechadas, não dando oportunidade de explicações detalhadas. Houve sugestões de encaminhamento ao MDS das questões levantadas, no decorrer do exercício, na tentativa de provocar mudanças os questionamentos, proporcionando avaliações mais adequadas. Houve consenso do lenário em avaliar que houve mudanças em termos de quantidade, mas não de qualidade dos serviços ofertados. O Conselho, por fim, deu parecer favorável, fazendo comentários nos itens que podem ser abertos na transmissão *on line* como justificativas as respostas negativas de algumas questões. A secretária executiva do CMAS providenciará a emissão da Resolução e sua publicação e, posteriormente, a transmissão *online* para o MDS, acompanhada da presidente do Conselho. Também foram bordadas as pendências relativas ao IGD do ano de 2010, após contatos feitos pela secretária executiva e a SETRAC com o MDS, tendo sido esclarecidas as dúvidas quanto ao não preenchimento das questões relativas ao parecer do CMAS. Nada mais avendo a tratar, encerrou-se a reunião. Petrópolis, 29 de agosto de 2012. Eliane Sans oraes – primeira-secretária